

RUA ANTÔNIO DAVI RAMOS, 340 - CENTRO FONES: (34) 3846-1222 / 3846-1244 / 3846-1232 38530-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS - CNPJ 18.158.261/0001-08 LEI 625 DE 03 DE ABRIL DE 2014

"ALTERA A LEI MUNICIPAL 345/1994 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

O Povo do Município de Douradoquara, Minas Gerais, por seus representantes na Câmara Municipal decretou e eu, Prefeito Municipal no uso de minhas atribuições legais sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Altera a Lei Municipal n. 345, de 28 de março de 1994 que passa a vigorar com a seguinte redação:

"CAPÍTULO I

DA INSTITUIÇÃO

Art. 1º Em conformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil Título VIII, Capítulo II e as Leis Federais 8.080/90 e 8142,/90, e ainda a Resolução nº. 333/2003 do Conselho Nacional de Saúde, o Conselho Municipal de Saúde instituído em Douradoquara – MG é órgão permanente, colegiado, autônomo, deliberativo e normativo do Sistema Único de Saúde no âmbito do município de Douradoquara – MG, que tem por competência formular, propor, discutir, acompanhar, deliberar, avaliar e fiscalizar a implementação da Política de Saúde no âmbito municipal, inclusive nos seus aspectos econômicos e financeiros.



Extrato de Publicado em referente_____

Comissão Pu Administr



RUA ANTÔNIO DAVI RAMOS, 340 - CENTRO FONES: (34) 3846-1222 / 3846-1244 / 3846-1232 38530-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS - CNPJ 18.158.261/0001-08 CAPÍTULO II

DAS COMPETÊNCIAS

- Art. 2º O Conselho Municipal de Saúde terá funções deliberativas, normativas, fiscalizadoras e consultivas, objetivando basicamente o estabelecimento, acompanhamento, controle e avaliação da política municipal de saúde, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Douradoquara –MG e a Constituição Federal, a saber:
- I implementar a mobilização e articulação contínuas da sociedade, na defesa dos princípios constitucionais que fundamentam o SUS, para o controle social de Saúde;
- II elaborar o Regimento Interno do Conselho e outras normas de funcionamento;
- III discutir, elaborar e aprovar proposta de operacionalização das diretrizes aprovadas pelas Conferências de Saúde;
- IV atuar na formulação e no controle da execução da política de saúde, incluindo os seus aspectos econômicos e financeiros e propor estratégias para a sua aplicação aos setores público e privado;
- V definir diretrizes para elaboração dos planos de saúde e sobre eles deliberar, conforme as diversas situações epidemiológicas e a capacidade organizacional dos serviços;
- VI estabelecer estratégias e procedimentos de acompanhamento da gestão do SUS, articulando-se com os demais colegiados como os de seguridade, meio ambiente, justiça, educação, trabalho, agricultura, idosos, criança e adolescente e outros;

VII - proceder à revisão periódica dos planos de saúde;

Jew

Extrato	de	Public
Publicad	lo er	m
referent	e	

Comissão Publica Administrativo

RUA ANTÔNIO DAVI RAMOS, 340 - CENTRO FONES: (34) 3846-1222 / 3846-1244 / 3846-1232 38530-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS - CNPJ 18.158.261/0001-08

VIII - deliberar sobre os programas de saúde e aprovar projetos a serem

encaminhados ao Poder Legislativo, propor a adoção de critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os em face do processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos, na área da Saúde;

IX - estabelecer diretrizes e critérios operacionais relativos à localização e ao tipo de unidades prestadoras de serviços de saúde públicos e privados, no âmbito do SUS, tendo em vista o direito ao acesso universal às ações de promoção, proteção e recuperação da saúde em todos os níveis de complexidade dos serviços, sob a diretriz da hierarquização/regionalização da oferta e demanda de serviços, conforme o princípio da equidade;

X - avaliar, explicitando os critérios utilizados, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde – SUS;

XI - avaliar e deliberar sobre contratos e convênios, conforme as diretrizes dos Planos de Saúde Nacional, do Estado de Minas Gerais, de forma regionalizada e do município de Douradoquara - MG;

XII – aprovar a proposta orçamentária anual da saúde, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (artigo 195, § 2º da Constituição Federal), observado o princípio do processo de planejamento e orçamentação ascendentes (artigo 36 da Lei nº 8.080/90);

XIII – propor critérios para programação e execução financeira e orçamentária dos Fundos de Saúde e acompanhar a movimentação e destinação dos recursos;

XIV - fiscalizar e controlar gastos e deliberar sobre critérios de movimentação de recursos próprios do município para a Saúde e os transferidos pelo Estado e União;



Extrato de Pul
Publicado em___
referente____

Comissão Public Administrativ

RUA ANTÔNIO DAVI RAMOS, 340 - CENTRO FONES: (34) 3846-1222 / 3846-1244 / 3846-1232

38530-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS - CNPJ 18.158.261/0001-08 XV - analisar, discutir e aprovar o relatório de gestão, com a prestação de

contas e informações financeiras, repassadas em tempo hábil aos conselheiros, acompanhado do devido assessoramento;

 XVI - fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e dos serviços de saúde e encaminhar os indícios de denúncias aos respectivos órgãos, conforme legislação vigente;

XVII - examinar propostas e denúncias de indícios de irregularidades, responder no seu âmbito a consultas sobre assuntos pertinentes às ações e aos serviços de saúde, bem como apreciar recursos a respeito de deliberações do Conselho, nas suas respectivas instâncias;

XVIII - estabelecer critérios para a determinação de periodicidade das Conferências de Saúde, propor sua convocação, estruturar a comissão organizadora, submeter o respectivo regimento e programa ao Pleno do Conselho de Saúde correspondente, explicitando deveres e papéis dos conselheiros nas pré-conferências e conferências de saúde;

XIX - estimular articulação e intercâmbio entre os Conselhos de Saúde e entidades governamentais e privadas, visando à promoção da Saúde e outras esferas de governo;

XX - estimular, apoiar e promover estudos e pesquisas sobre assuntos e temas na área de saúde pertinentes ao desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS);

XXI - estabelecer ações de informação, educação e comunicação em saúde e divulgar as funções e competências do Conselho de Saúde, seus trabalhos e decisões por todos os meios de comunicação, incluindo informações sobre as agendas, datas e local das reuniões;

June 1

Extrato	de	Pu
Publica	do e	m
referen	ite	

RUA ANTÔNIO DAVI RAMOS, 340 - CENTRO FONES: (34) 3846-1222 / 3846-1244 / 3846-1232

38530-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS - CNPJ 18.158.261/0001-08 XXII - apoiar e promover a educação para o controle social. Constarão do

conteúdo programático os fundamentos teóricos da saúde, a situação epidemiológica, a organização do SUS, a situação real de funcionamento dos serviços do SUS, as atividades e competências do Conselho de Saúde, bem como a Legislação do SUS, suas políticas de saúde, orçamento e financiamento;

XXIII - aprovar, encaminhar e avaliar a política para os Recursos Humanos do SUS;

XXIV - acompanhar a implementação das deliberações constantes do relatório das plenárias dos conselhos de saúde;

XXV - estabelecer diretrizes gerais e aprovar parâmetros municipais quanto a política de recursos humanos para a saúde;

XXVI - incrementar e aperfeiçoar o relacionamento sistemático com os poderes constituídos, Ministério Público, Câmara de Vereadores e mídia, bem como com setores relevantes não representados no Conselho;

XXVII - cooperar na melhoria da qualidade da formação dos trabalhadores da saúde;

XXVIII - divulgar suas ações através dos diversos mecanismos de comunicação social;

XIX - manifestar-se sobre todos os assuntos de sua competência.

- Rus

Extrato	de	Pub
Publicad	lo er	n
referent	e	



RUA ANTÔNIO DAVI RAMOS, 340 - CENTRO FONES: (34) 3846-1222 / 3846-1244 / 3846-1232 38530-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS - CNPJ 18.158.261/0001-08 CAPÍTULO III

DA CONSTITUIÇÃO

- Art. 3º O Conselho Municipal de Saúde, terá a seguinte constituição:
- I segmentos organizados de usuários do Sistema Único de Saúde;
- II prestadores de serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;
- III trabalhadores da Saúde e,
- IV representantes do governo municipal.

Parágrafo único. A representação dos usuários será paritária em relação ao conjunto dos demais segmentos, sendo que as vagas deverão ser distribuídas da seguinte forma:

- I 50% de entidades de usuários;
- II 25% de entidades dos trabalhadores de Saúde;
- III 25% de representação de governo, de prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos.
- Art. 4º O Conselho Municipal de Saúde terá uma Mesa Diretora como órgão operacional de execução e implementação de suas decisões sobre o Sistema Único de Saúde do Município, eleita na forma do art. 5º desta Lei.

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Saúde terá uma Secretaria Executiva subordinada ao Plenário do Conselho de Saúde, com estrutura definida no regimento interno do Conselho, objeto desta lei.

Jums

referente

Comissão Publicação



RUA ANTÔNIO DAVI RAMOS, 340 - CENTRO FONES: (34) 3846-1222 / 3846-1244 / 3846-1232 38530-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS - CNPJ 18.158.261/0001-08 CAPÍTULO IV

DA COMPOSIÇÃO

Art. 5º O Conselho Municipal de Saúde, terá a seguinte composição:

- I de forma paritária e quadripartite, escolhidos por voto direto dos delegados de cada segmento na Conferência Municipal de Saúde, as representações no conselho serão assim distribuídos:
 - 8 (oito) representantes e 8 (oito) suplentes de entidades de usuários do Sistema Único de Saúde;
 - 4 (quatro) representantes e 4 (quatro) suplentes dos trabalhadores de Saúde Municipal;
 - 2 (dois) representantes e 2 (dois) suplentes de prestadores de serviço do Sistema Único de Saúde Municipal;
 - 2 (dois) representantes e 2 (dois) suplentes do Poder Executivo, indicados pelo Prefeito Municipal;

 II - a representação paritária de que trata este artigo, será realizada de forma direta junto aos delegados representantes dos segmentos, que participarão da Conferência Municipal de Saúde;

III – cada segmento representado do conselho terá um suplente, eleito na Conferência Municipal de Saúde ou por meio de dia, horário e local marcado em edital de chamamento público para escolha de representantes de seguimentos para compor o conselho municipal de saúde de que trata esta lei;

VI - um mesmo segmento poderá ocupar no máximo duas vagas no Conselho Municipal de Saúde;

Jus

Publicado em
referente

Comissão Publica

RUA ANTÔNIO DAVI RAMOS, 340 - CENTRO FONES: (34) 3846-1222 / 3846-1244 / 3846-1232

38530-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS - CNPJ 18.158.261/0001-08
IV - a presidência do Conselho Municipal de Saúde será atribuída ao conselheiro eleito pela plenária do Conselho;

Parágrafo único. Fica proibida a participação na Presidência e na Mesa Diretora do responsável direto pelo Departamento Municipal de Saúde.

Art. 6º A Mesa Diretora, referida no artigo 3º desta Lei será eleita diretamente pela Plenária do Conselho e será composta de :

I - presidente;

II - vice-presidente;

III - secretário e,

IV - vice-secretário.

Art. 7º O Conselho Municipal de Saúde, reger-se-á pelas seguintes disposições, no que se refere a seus membros:

 I – serão indicados pelos seus respectivos segmentos e serão substituídos pelos mesmos, e acordo com a sua organização ou de seus fóruns próprios e independentes, mediante solicitação ao Prefeito Municipal através da Mesa Diretora do Conselho;

II - terão seu mandato extinto, caso faltem, sem prévia justificação, a 3
 (três) reuniões consecutivas ou 6 (seis) intercaladas, num período de 12 (doze) meses;

III - terão mandato de 2 (dois) anos, cabendo prorrogação ou recondução, não coincidindo com o mandato do Governo do Estado de Minas Gerais, do Município, com o do Presidente da República Federativa do Brasil.



Extrato		
Publicad	lo er	n
referente	9	

Comissão Publica

RUA ANTÔNIO DAVI RAMOS, 340 - CENTRO FONES: (34) 3846-1222 / 3846-1244 / 3846-1232 38530-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS - CNR L48 458 224

38530-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS - CNPJ 18.158.261/0001-08

Parágrafo único. O exercício do mandato de membro do Conselho

Municipal de Saúde não será remunerado e será considerado de alta relevância pública, e, portanto, garante sua dispensa do trabalho sem prejuízo para o conselheiro, durante o período das reuniões, capacitações e ações específicas do Conselho de Saúde.

- Art. 8º Para melhor desempenho de suas funções, o Conselho Municipal de Saúde poderá recorrer a pessoas e entidades, mediante os seguintes critérios:
- I consideram-se colaboradores do Conselho Municipal de Saúde, as instituições formadoras de recursos humanos para a saúde e as entidades representativas de profissionais e usuários de saúde, independentemente de sua condição de membros;
- II poderão ser convidadas pessoas ou instituições de notória especialização na área de saúde, para assessorar o Conselho em assuntos específicos;
- III poderão ser criadas comissões internas entre as instituições, entidades e membros do Conselho, para promover estudos e emitir pareceres a respeito de temas específicos.

CAPÍTULO V

DO FUNCIONAMENTO E CONVOCAÇÃO

- **Art. 9º** O Governo Municipal garantirá autonomia para o pleno funcionamento do Conselho de Saúde, dotação orçamentária e estrutura administrativa através do Departamento Municipal de Saúde, inclusive pelas normas a seguir:
- I as formas de estruturação interna do Conselho de Saúde voltadas para a coordenação e direção dos trabalhos deverão garantir a funcionalidade na distribuição de atribuições entre conselheiros e servidores, fortalecendo o processo democrático, no que evitará qualquer procedimento que crie hierarquia de poder entre conselheiros ou permita medidas tecnocráticas no seu funcionamento;

There

Extrato de Public Publicado em____ referente____

RUA ANTÔNIO DAVI RAMOS, 340 - CENTRO FONES: (34) 3846-1222 / 3846-1244 / 3846-1232 38530-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS - CNPJ 18.158.261/0001-08

II - o orçamento do Conselho Municipal de Saúde será gerenciado pelo próprio Conselho de Saúde;

 III - a pauta e o material de apoio às reuniões devem ser encaminhados aos conselheiros com antecedência. As reuniões plenárias são abertas ao público;

IV - o Conselho Municipal de Saúde exerce suas atribuições mediante o funcionamento do Plenário, que, além das comissões intersetoriais, estabelecidas na Lei nº 8.080/90, instalará comissões internas exclusivas de conselheiros, de caráter temporário ou permanente, bem como outras comissões intersetoriais e grupos de trabalho para ações transitórias.

V - qualquer alteração na organização dos Conselhos de Saúde preservará o que está garantido em Lei, e deve ser proposta pelo próprio conselho e votada em reunião plenária, para ser alterada em seu Regimento Interno e homologada pelo gestor do nível correspondente;

VI - a cada três meses deverá constar das pautas e assegurado o pronunciamento do gestor do município, para que faça prestação de contas em relatório detalhado contendo dentre outros, andamento da agenda de saúde pactuada, relatório de gestão, dados sobre o montante e a forma de aplicação dos recursos, as auditorias iniciadas e concluídas no período, bem como a produção e a oferta de serviços na rede assistencial própria contratada ou conveniada, de acordo com o artigo 12 da Lei n.º 8.689/93, destacando-se o grau de congruência com os princípios e diretrizes do SUS;

VIII - o Conselho Municipal de Saúde, desde que com a devida justificativa, buscará auditorias externas e independentes, sobre as contas e atividades do Gestor do SUS, ouvido o Ministério Público;

IX - o Plenário do Conselho deverá manifestar-se por meio de resoluções, recomendações, moções e outros atos deliberativos. As resoluções serão obrigatoriamente homologadas pelo chefe do Poder Executivo Municipal, em um

Jun

Extrato de Pub
Publicado em___
referente____

RUA ANTÔNIO DAVI RAMOS, 340 - CENTRO FONES: (34) 3846-1222 / 3846-1244 / 3846-1232

38530-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS - CNPJ 18.158.261/0001-08 prazo de 30 (trinta) dias, dando-se-lhes publicidade. Decorrido o prazo mencionado e não sendo homologada a resolução, nem enviada pelo gestor ao Conselho justificativa com proposta de alteração ou rejeição a ser apreciada na reunião seguinte, as entidades que integram o Conselho de Saúde podem buscar a validação das resoluções, recorrendo, quando necessário, ao Ministério Público;

- X o Conselho Municipal de Saúde funcionará segundo o que disciplina o seu regimento interno;
 - XI órgão de deliberação máxima será a Plenária do Conselho;
- XII a Plenária do Conselho reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente, quando convocada pelo Presidente ou pela maioria simples de seus membros;
- XIII o Conselho Municipal de Saúde reunir-se-á extraordinariamente para tratar de matérias especiais ou urgentes, quando houver:
 - a) Convocação formal da Mesa Diretora;
 - b) Convocação formal de metade, mais um de seus membros titulares.
- XIV cada membro do Conselho terá direito a um único voto na Plenária do Conselho;
- XV as Plenárias do Conselho serão instaladas com a presença da maioria simples dos membros que deliberarão pela maioria dos votos presentes;
- XVI a Mesa Diretora do Conselho poderá deliberar "ad referendum" da Plenária do Conselho;
- XVII o Conselho Municipal de Saúde convocará a cada dois anos, uma Conferência Municipal de Saúde para avaliar a política municipal de saúde, propor

The

Extrato de P Publicado em_ referente____

RUA ANTÔNIO DAVI RAMOS, 340 - CENTRO FONES: (34) 3846-1222 / 3846-1244 / 3846-1232

38530-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS - CNPJ 18.158.261/0001-08 diretrizes de ação para o Sistema Único de Saúde e efetuar a eleição dos representantes

do conselho;

XVIII - grupos de trabalho poderão contar com integrantes não conselheiros.

CAPÍTULO VI

DAS DIRETRIZES BÁSICAS DA ATUAÇÃO

- Art. 10. O Conselho Municipal de Saúde observará no exercício de suas atribuições, as seguintes diretrizes básicas e prioritárias :
- I a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a promoção da saúde, redução do risco de doenças e de outras agravos, e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção, recuperação e reabilitação;
- II integralidade de serviços de saúde, buscando promoção da saúde em toda a rede municipal, diminuindo as taxas de mortalidade infantil e aumentando a expectativa de vida.
- Art. 11. O Conselho Municipal de Saúde promoverá como órgão colegiado deliberativo e representativo, debates estimulando a participação comunitária, visando prioritariamente, a melhoria de serviços de saúde no Município.
- Art. 12. As disposições desta lei, quando necessário, serão regulamentadas pelo Poder Executivo, através de decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Extrato de Publica Publicado em referente



RUA ANTÔNIO DAVI RAMOS, 340 - CENTRO FONES: (34) 3846-1222 / 3846-1244 / 3846-1232 38530-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS - CNPJ 18.158.261/0001-08

Art.13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Douradoquara/MG 03 de abril de 2014.

ADEMIR RAMOS RODRIGUES

Prefeito Municipal

Extrato de Publicação em Mural Publicado em 03 / 04 / 2014

referente "Altera a dei municipal 345/1994, do autros providinais".

Comissão Publicação de Leis e Atos Administrativos do Município.